

Carta Idec nº 302/ 2017 /Coex

São Paulo, 20 de Outubro de 2017

Ao Ilmo. Sr. Milton Leite, Presidente da Câmara Municipal de São Paulo

Ao Ilmo. Sr. Senival Moura, Presidente da Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia

Aos demais Vereadores da **Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia**

Ao Ilmo. Sr. Jair Tatto, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

Aos demais Vereadores da **Comissão de Finanças e Orçamento**

C/C:

Ao Ilmo. Sr. Sérgio Avelleda, Secretário de de Mobilidade e Transportes

Ilmo. Sr. José Carlos Martinelli, Presidente da São Paulo Transportes (SPTrans)

Ilmo. Sr. Marcelo Machado, Presidente da Comissão Especial de Licitação (CEL)

Aos demais autores e autoras do Projeto de Lei 515/2015

Ref. Projeto de Lei 515/15 que altera o prazo do contrato de concessão do serviço de ônibus de São Paulo

O Idec - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor¹, a Rede Nossa São Paulo² e o projeto Cidade dos Sonhos³ vêm requerer atenção desta casa para a tramitação do PL 515/15, a fim de que

¹ O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) é uma associação de consumidores, sem fins lucrativos, de utilidade pública federal, criada em julho de 1987 e mantida por seus associados. A missão do Idec é promover a educação, a conscientização, a defesa dos direitos do consumidor e a ética nas relações de consumo, com total independência política e econômica.

² A Rede Nossa São Paulo tem por missão mobilizar diversos segmentos da sociedade para, em parceria com instituições públicas e privadas, construir e se comprometer com uma agenda e um conjunto de metas, articular e promover ações, visando uma cidade de São Paulo justa e sustentável. Mais de 700 organizações da sociedade civil integram a rede, que é absolutamente apartidária e inter-religiosa.

³ O projeto Cidade dos Sonhos nasceu em 2016, com o objetivo de acelerar as soluções para as mudanças climáticas nas cidades brasileiras e é resultado de uma rede de colaboração de diversas organizações, movimentos e coletivos da sociedade civil, sem qualquer vínculo partidário, e facilitada pela Purpose.



este estabeleça critérios democráticos, efetivos e transparentes para a determinação do prazo do contrato de concessão do serviço de ônibus de São Paulo no futuro edital a ser publicado pelo poder executivo.

O Brasil vive um processo de transformação da mobilidade urbana que necessita vencer as barreiras criadas por anos de políticas públicas que priorizaram o uso do automóvel. Para tanto, além da implementação da Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei Federal 12.587/12), é imprescindível a oferta de um transporte público coletivo de qualidade, integrado, acessível e que contribua para o desenvolvimento econômico, social e ambiental das cidades.

A licitação do serviço de ônibus em São Paulo é um fator importantíssimo para a mobilidade sustentável, para a garantia dos direitos do consumidor e bem estar dos milhões de usuários diários de ônibus e para a população no transporte público na cidade. E, portanto, a retomada desse processo deve ser conduzido com total transparência e participação social.

As entidades da sociedade civil que assinam a presente carta estão acompanhando o processo de discussão sobre a licitação do serviço de ônibus em São Paulo e demandam prioridade na tramitação do Projeto de Lei 515 de 2015, que dispõe sobre o prazo do contrato de concessão do serviço de ônibus de São Paulo. O prazo do contrato de concessão é elemento essencial para a definição do modelo de sistema de mobilidade que a cidade deseja para os próximos anos. Ele deve garantir o equilíbrio entre o retorno dos investimentos e a prestação do serviço com qualidade e modicidade tarifária sem, no entanto, engessar o sistema quanto a inovações tecnológicas e aprendizados na gestão.

Diante disso, as entidades da sociedade civil que assinam esta carta, propõem que o PL 515/2015 passe a ser discutido com urgência por esta Casa, de modo a viabilizar o início do processo licitatório já com este tema definido, e que permita ao próprio Executivo a definição do prazo de concessão a partir do modelo econômico financeiro optado pela administração, portanto que a lei **não defina um prazo determinado, mas estabeleça um limite temporal máximo para o executivo elaborar o contrato**, a ser estabelecido pelo poder executivo com base em estudos técnicos e na modelagem financeira. Propomos que a legislação estabeleça um intervalo de tempo de **até 15 anos** para o prazo do contrato, em coerência com o texto original da Lei 13.241 de 2001, orientando o edital a ser lançado, sem engessar a atuação do executivo e o modelo econômico financeiro a ser elaborado.

Em relação à eventual previsão de prorrogação do contrato de concessão, entendemos que ela deve ser vista como extrema exceção, pois gera excessiva insegurança jurídica - o que pode inviabilizar investimentos para a melhoria da qualidade do serviço prestado à população. E, por essa razão, quaisquer prorrogações devem ser devidamente justificadas pelo poder público.

Com isso propomos que eventuais **prorrogações não ultrapassem o limite de 2 anos** do termo



final do contrato e que a assinatura de contratos de prorrogação seja precedida por **audiência pública** para que o executivo dê plena publicidade às necessidades e fatores que justifiquem a prorrogação dos contratos.

A audiência pública, garantida pela Lei Federal 12.587/12, é uma ferramenta importante para garantir o princípio da publicidade em questões importantes como no caso da prorrogação de um contrato de prestação de serviço de ônibus. Neste momento também será possível que a sociedade civil seja informada a respeito da necessidade e dos custos decorrentes desta prorrogação de contrato.

Agradecemos a atenção de V.Sas. e solicitamos que este documento seja acostado ao Projeto de Lei em questão.

Nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos e apresentamos votos de consideração.

Atenciosamente,

Cidade dos Sonhos
Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – Idec
Rede Nossa São Paulo